

Sem motivo para preocupação

As PCHs são a fio d'água, mas sua baixa participação na matriz não afeta o sistema

Se usinas a fio d'água causam mais incertezas, seria natural que as PCHs, que em geral não têm reservatório e deplecionam facilmente em um mês, também adicionassem uma dose a mais de risco ao setor. Os defensores desses empreendimentos, porém, dizem que não é assim. O argumento: as pequenas centrais não devem chegar a ultrapassar os 10% da matriz elétrica brasileira. Hoje elas ainda são pouco menos de 2% da capacidade instalada brasileira e seu impacto é muito pequeno na matriz.

Conta a favor das PCHs o fato de estarem muito dispersas pelas bacias brasileiras. Isso faz com que elas acabem sendo complementares umas às outras nos períodos úmido e seco. "Realmente está cada vez mais difícil construir usinas com grandes reservatórios. Mas esse não é o papel das PCHs. Elas têm prioridade

no despacho do ONS e fornecem energia confiável durante todo o ano", argumenta Ricardo Pigatto, presidente da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica (APMPE).

Há quem seja ainda mais radical, como o especialista e ex-diretor da Anel, Afonso Henriques dos Santos, da IX Consult. Ele sai em defesa das PCHs e de todas as usinas a fio d'água, alegando que elas são uma evolução no setor elétrico. "O maior pecado hoje é a forma como se opera o sistema. O ONS não podia deixar os reservatórios esvaziarem. Eles deveriam servir como um seguro, e a geração na base ficar por conta das usinas a fio d'água e térmicas nos períodos de seca", protesta.

Hoje o ONS faz um balanço entre custos presente e futuro da geração para decidir o que vai ou não gerar. Esvaziar reser-

vatórios diminui o custo presente da operação, mas eleva o custo futuro, uma vez que adiante a energia terá de ser garantida por térmicas. Se adotasse a sugestão do consultor, o operador daria mais segurança ao sistema, mas a um preço que talvez a sociedade não tivesse interesse em bancar. "Há muito lobby por aí", diz uma fonte.

Santos acha que essa proposta é malvista pelo operador porque tira o poder do órgão. "Estamos engessando o setor. A diversidade hidrológica e de fontes é o caminho para a segurança energética. É um pecado deixar reservatório esvaziar", arremata.

Este ano entraram em operação dez PCHs não-participantes do Proinfa, totalizando uma potência de 151 MW. Também partiram este ano outros 98,2 MW, referentes às pequenas centrais participantes do programa. (R.F.)

Fim da queda-de-braço?

ABCE propõe criar unidades de conservação de potenciais hidrelétricos para garantir empreendimentos

Criado pelo Decreto 5.758, de 2006, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (Pnap) preocupa o setor elétrico. Com o objetivo de criar áreas de conservação ambiental, o Pnap pode inviabilizar diversos projetos hidrelétricos, caso os aproveitamentos estejam próximos às unidades de conservação. Para evitar isso, a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE) propõe a criação de unidades semelhantes, mas para assegurar o aproveitamento hidroenergético futuro.

Pela proposta, os potenciais hidráulicos futuros teriam o mesmo status das unidades de conservação. "Nossa intenção é tentar harmonizar as uni-

dades de conservação ambiental com os aproveitamentos hidroenergéticos", explica Alacir Borges, da ABCE. O argumento da entidade é que a energia elétrica é um serviço essencial à população, e a fonte hídrica é limpa e renovável. Além disso, estima-se que o país só tenha aproveitado 24% de todo o seu potencial hidrelétrico, de aproximadamente 260 GW.

O Ministério de Minas e Energia (MME) já tem conhecimento da proposta e está conduzindo estudos para encontrar os meios adequados de torná-la concreta. O ministério está sendo apoiado pelo Fórum do Meio Ambiente, que engloba diversas associações

do setor elétrico, para elaborar o documento final.

Em princípio, a regulamentação seria feita por um decreto que disporia sobre as condições de criação das reservas hídricas. Caso se identificasse algum potencial hidroenergético que pudesse ser afetado por unidades de conservação, uma lei seria editada para garantir o aproveitamento. De acordo com Borges, a medida facilitaria o licenciamento ambiental e a implantação dos empreendimentos.

A definição das unidades de conservação hídrica seria feita com a ajuda das Avaliações Ambientais Integradas (AAI) de diversas bacias, trabalho que está sendo conduzido pela EPE. (R.F.) ■